

No Brasil, a circulação de Zika vírus foi confirmada pelo Ministério da Saúde nas cinco regiões do país. Ressalta-se que cerca de 80% dos indivíduos infectados pelo Zika vírus não manifestam sinais ou sintomas da doença, por esse motivo grande parte dos doentes não procuram serviços de saúde, dificultando o conhecimento da magnitude dessa doença.

Conforme orientação do Ministério da Saúde, não existe tratamento específico. O tratamento dos casos sintomáticos recomendado é baseado no uso de acetaminofeno (paracetamol) ou dipirona para o controle da febre e manejo da dor. No caso de erupções pruriginosas, os anti-histamínicos podem ser considerados. No entanto, é desaconselhável o uso ou indicação de ácido acetilsalicílico e outros drogas anti-inflamatórias devido ao risco aumentado de complicações hemorrágicas descritas nas infecções por síndrome hemorrágica como ocorre com outros flavivírus. Não há vacina contra o Zika vírus.

A ANS recomenda que as operadoras orientem seus beneficiários e os profissionais de sua rede de atenção à saúde sobre a necessidade de se intensificar as ações de controle do Aedes aegypti, assim como medidas de prevenção pessoal, principalmente no que tange as grávidas, considerando a relação entre a ocorrência de microcefalia e a infecção pelo vírus Zika.

Com esse fim, o Ministério da saúde publicou um documento que descreve as medidas ambientais para controle do Aedes aegypti e medidas pessoais para as grávidas “Protocolo de vigilância e resposta à ocorrência de microcefalia relacionada à infecção pelo vírus zika. Além disso, disponibiliza em seu site recomendações sobre diagnóstico e tratamento da Zika, Dengue e Chikungunya. Os documentos disponíveis no site do Ministério devem ser utilizados para subsidiar as ações nesse sentido.

Acesse [aqui](#) os materiais da campanha do Ministério da Saúde e ajude a disseminar as orientações.

[Confira também orientações gerais sobre microcefalia e zika vírus.](#)

**Fonte:** [ANS](#), em 28.12.2015.